

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto é apresentado o relatório referente ao 2.º trimestre de 2016.

O relatório está estruturado de modo a que se obtenha, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 2.º trimestre de 2016 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Comparação do orçamento vs execução 2.º trimestre de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamentado	Realizado	Desvio
Vendas e serviços prestados	1.529.390,47	1.427.905,21	-101.485,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-64.681,00	-76.409,53	-11.728,53
Fornecimentos e serviços externos	-1.061.743,82	-976.273,54	85.470,28
Gastos com pessoal	-180.945,22	-165.208,46	15.736,76
Outros rendimentos e ganhos	36.456,73	80.394,33	43.937,60
Outros gastos e perdas	-37.144,68	-82.363,86	-45.219,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	221.332,48	208.044,15	-13.288,33
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-198.035,56	-189.589,34	8.446,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	23.296,92	18.454,81	-4.842,11
Juros e gastos similares suportados	-4.290,50	-3.425,13	865,37
Resultado antes de impostos	19.006,42	15.029,68	-3.976,74
Impostos sobre o rendimento do período	-4.276,45	-43.872,61	-39.596,16
Resultado líquido do período	14.729,98	-28.842,93	-43.572,91

Iniciando a análise com a rubrica de Rendimentos e Ganhos foram orçamentados para o período em análise 1.565.847 € e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu 1.508.299 €, existindo um decréscimo de 57.548 €.

Na rubrica de vendas salienta-se o decréscimo na venda de energia à EDP em 178.620 € face ao orçamentado, uma vez que aquando da realização dos instrumentos de gestão previsional previa-se para além da continuidade da produção de energia que esta fosse crescente, o que na realidade não se verificou. Uma vez que a empresa que explorava a central de valorização energética abandonou a mesma em dezembro de 2015, a Ecoleziria após ter realizado todas

as diligências possíveis para conseguir recuperar a perda de rendimentos associados à situação descrita, apenas em março conseguiu voltar a injectar energia na rede, mas em quantidades muito baixas.

Por outro lado nas vendas salienta-se o acréscimo dos valores referentes ao encaminhamento de material reciclável, em especial no que se refere ao papel/cartão e embalagens, que neste trimestre apresenta um acréscimo de 118.851 €.

No quadro seguinte pode-se verificar a situação das vendas e prestações de serviços neste trimestre quando comparado com o orçamentado para o 2.º trimestre:

Detalhe das Vendas e Prestações de Serviços	Orçamentado	Realizado	Desvio
Vendas	367.585 €	307.816 €	-59.769 €
Venda de energia	206.418 €	27.797 €	-178.620 €
Material reciclável	161.168 €	280.019 €	118.851 €
Prestações de Serviços	1.138.059 €	1.120.089 €	-17.970 €
RSU Indiferenciado	1.100.000 €	1.050.251 €	-49.749 €
Recolha de vidrões	1.759 €	1.499 €	-261 €
Taxa de Gestão de Resíduos	36.300 €	68.340 €	32.040 €

Nas prestações de serviços existe um decréscimo de 17.970 €, tendo o principal desvio ocorrido na entrega de RSU indiferenciado por parte dos Municípios, verificando-se um decréscimo de 1.244 toneladas face ao orçamentado. A recolha de vidrões estava orçamentada em 1.759 € e na realidade ascendeu a 1.499 €, o que evidencia um decréscimo de 260 €. Salienta-se o aumento da Taxa de Gestão de Resíduos que apresenta um acréscimo de 32.040 € face ao orçamentado, esta situação ocorre porque aquando da realização do orçamento esta rubrica foi orçamentada com a taxa de gestão de resíduos a incidir sobre 20% das toneladas, no entanto para o período em análise incidiu sobre 40% das toneladas.

A rubrica outros rendimentos e ganhos apresenta um acréscimo de 43.938 €, influenciado pelo recebimento de juros de mora por parte do Município do Cartaxo que não estavam orçamentados e que até ao final do período em análise ascendem a 27.013 €. Também se verifica um aumento na imputação de subsídios, salientando-se o subsídio para a CVE para o qual, após realização de auditoria, foi apurada a comparticipação de 26,15%. Assim, foi realizada a imputação do subsídio na parte proporcional das depreciações do exercício, que para o período em análise foi de 20.969 €. Também a candidatura de Optimização de recolha selectiva foi encerrada tendo sido imputados neste período os 5% restantes, no montante de 18.775 €.

Quanto aos gastos e perdas estavam orçamentados 1.546.841 € para este trimestre de 2016 e na realidade a totalidade destas rubricas ascende a 1.493.270 €, o que evidencia um decréscimo de 52.571 €.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um acréscimo de 11.729 € face ao orçamentado, este aumento deriva da aquisição de tampas de plástico que estava orçamentada em 9.500 € e ascendeu a 24.517 €, já em relação ao gasóleo houve um decréscimo de 3.288 € face ao orçamentado.

Os fornecimentos e serviços externos foram orçamentados em 1.061.744 € e na realidade verificaram-se para o período em análise 976.274 €, a que corresponde um decréscimo de 85.470 €, no quadro seguinte pode-se observar os principais desvios ocorridos:

Descrição	Orçamentado	Real	Desvio
Trabalhos Especializados:			
Transporte e Tratamento de RSU	657.250,00	622.927,69	-34.322,31
Monitorização e Caracterização	3.687,07	2.799,12	-887,95
Tratamento de lixiviado	78.201,50	101.176,39	22.974,89
Outros	90.322,47	112.358,84	22.036,37
Publicidade e Propaganda (Campanhas sensibilização)	907,02	1.564,07	657,06
Vigilância e Segurança	11.375,28	11.394,50	19,22
Honorários	13.418,80	2.618,80	-10.800,00
Conservação e Reparação:			
Equipamento Básico	8.075,49	11.737,10	3.661,61
Equipamento de Transporte	13.388,57	25.383,55	11.994,98
Equipamento Administrativo	372,15	150,25	-221,90
Pneumáticos	10.349,50	9.410,68	-938,82
Instalações	7.844,70	3.158,98	-4.685,72
Ferramentas e Utensílios	1.407,12	2.219,88	812,76
Material de escritório	2.060,20	4.777,35	2.717,15
Energia e Fluidos			
Electricidade	8.194,36	22.805,16	14.610,80
Combustíveis	1.190,54	1.738,46	547,92
Água	499,38	654,29	154,91
Óleos e lubrificantes	1.022,18	4.117,61	3.095,43
Comparticipação Energia CVE	123.850,58	7.005,94	-116.844,64
Deslocações e Estadas	820,38	1.981,58	1.161,20
Rendas e Aluguers			
Imoveis	2.000,00	2.000,00	0,00
Equipamento	436,50	484,74	48,24
Viaturas	3.243,66	3.243,66	0,00
Comunicação	1.711,32	1.687,59	-23,73
Seguros	14.833,02	13.864,57	-968,45
Contencioso e Notariado	248,78	664,48	415,70
Limpeza Higiene e Conforto	2.995,26	2.548,97	-446,29
Outros Serviços	2.038,00	1.799,29	-238,71
TOTAL	1.061.743,82	976.273,54	-85.470,28

O decréscimo que mais se salienta é na participação na venda de energia à EDP produzida na Central de Valorização energética, que apresenta um desvio de 116.845 €. Após ter contratado nova empresa para a exploração da CVE, só a partir de março foi possível voltar a injectar energia na rede, mas ainda por valores muito baixos. Também a percentagem de participação que é paga ao fornecedor é inferior ao que era anteriormente, actualmente a participação é de 0,025 € por cada Kw injectado na rede, no entanto aquando da realização do orçamento para 2016 a percentagem de referência ainda eram os 60%.

O transporte e tratamento de RSU indiferenciado também apresenta um decréscimo de 34.322 € face ao orçamentado, em virtude do decréscimo das toneladas entregues para tratamento pelos Municípios, uma vez que o valor de 23,90 €/tonelada para o transporte e tratamento se mantém.

Por outro lado o tratamento de lixiviado apresenta um acréscimo face ao orçamentado de 22.975 €, para este aumento contribuiu o transporte e tratamento de lixiviado para uma unidade externa à Empresa, que estava orçamentado em 50.442 € e no final deste trimestre o valor ascendeu a 75.602 €. Quanto ao tratamento de lixiviado por osmose inversa apresenta um decréscimo de 2.186 €.

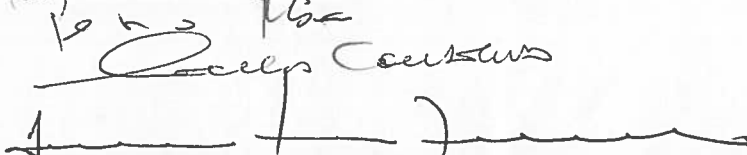
A rubrica outros gastos e perdas apresenta um acréscimo de 45.219,18 €, influenciado pelo aumento da taxa de gestão de resíduos, que tal como referido na rubrica de prestações de serviços, foi orçamentada incidindo sobre 20% das toneladas e o praticado no final deste trimestre foi sobre 40% das toneladas.

Assim, o Resultado Líquido do Período no final do 2.º trimestre de 2016 foi negativo em 28.842,93 €, evidenciando um decréscimo de 43.573 € face ao orçamentado. Convém referir que o resultado antes de impostos foi de 15.030 € e que apresenta face ao orçamentado um decréscimo 3.977 €, pelo que o que influenciou o resultado líquido negativamente foi o imposto sobre o rendimento que neste período ascende a 43.873 €. Este aumento substancial do imposto sobre o rendimento está relacionado com a imputação do subsidio do POSEUR para a central de valorização energética, cujos valores proporcionais das depreciações respeitantes aos exercícios de 2011 a 2015 ainda não tinham sido imputados, por não se conhecer o desfecho da operação, sobre a eventual comparticipação ou não neste projecto. O montante de subsidio de exercícios anteriores gerou uma variação patrimonial positiva 171.741 €, que influenciou o calculo do imposto em 36.065 €.

Em conclusão, uma vez que a margem no final deste trimestre foi de (2,02%) e que a diferença entre rendimentos e gastos é muito ténue deverão ser tomadas medidas para que o equilíbrio das contas se mantenha de tal modo que se consiga compensar o efeito do IRC nos próximos trimestres.

Almeirim, 29 de setembro de 2016

O Conselho de Administração



O CC (Aida Margarida Rodrigues Caetano Marques n.º 68.270)

